

REUSABILIDADE DE OBJETOS DE APRENDIZAGEM DE LÍNGUAS: TRABALHANDO COM ALUNOS OUVINTES E SURDOS

SEDREZ, Nairana Hoffmann¹; VETROMILLE-CASTRO, Rafael²

¹Universidade Federal de Pelotas; ²Universidade Federal de Pelotas, Centro de Letras e Comunicação.

nairana_sedrez@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

As Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) estão cada vez mais presentes na área de ensino e aprendizagem de línguas. Os Objetos de Aprendizagem são frutos desse fenômeno e têm sido utilizados em salas de aulas presenciais, a distância e híbridas. O grupo de pesquisa “Elaboração de materiais e práticas pedagógicas na aprendizagem de línguas” recentemente propôs os Objetos de Aprendizagem de Línguas (OAL) os quais têm como base os preceitos do Ensino Comunicativo de Línguas (CLT) e da Aprendizagem de Línguas Mediada pelo Computador (CALL), e são definidos como “qualquer coisa digital com objetivo educacional” (WILEY, 2000; LEFFA, 2006; GIBBONS, NELSON e RICHARDS, 2000 e BANNAN-RITLAND, DABBAGH e MURPHY, 2000), tendo como características: *granularidade, reusabilidade, interoperabilidade, recuperabilidade*.

Para esta pesquisa, é importante saber que *reusabilidade* diz respeito a quão reutilizável o OAL é, sendo que isto se verifica ao: a) usar um OAL em uma determinada situação de aprendizagem e, então, sofrendo nenhuma ou pequenas alterações, utilizá-lo em outra situação; b) usar um OAL para ensinar um conteúdo e, depois, reutilizá-lo para o ensino de outro tópico. Neste estudo, a alternativa (a) será testada e seguirá o princípio de não realizar alterações no OAL. Será analisada a aplicação de um mesmo OAL de Língua Portuguesa (LP), sem alterações, para alunos ouvintes e surdos.

O estudo justifica-se pela mudança que está acontecendo nas escolas, a qual é consequência da política de inclusão do Ministério de Educação (MEC), que visa a oportunizar a inclusão de surdos ao colocá-los na mesma sala de aula de ouvintes: “Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (Lei Federal 9.394, 1996, cap. V). Além disso, o decreto 5.626 (22 de dezembro de 2005, cap. IV, Art. 14, § 1, item III) reza prover as escolas com: “a) professor de Libras ou instrutor de Libras; b) tradutor e intérprete de Libras - Língua Portuguesa”.

Dessa forma, percebe-se que esse decreto, ao prever a utilização de Libras nas escolas, prevê, conseqüentemente, a presença de surdos e ouvintes na mesma sala de aula, o que dá bases a essa transformação pretendida pelo MEC. Nesta situação, a *reusabilidade* dos OAL pode vir a colaborar com docentes de LP que se encontram em uma sala de aula com sujeitos e processos de aprendizagem tão diferentes, seja destacando aspectos comuns no uso de um mesmo material, seja ressaltando as diferenças de cada aprendiz ao construir conhecimento.

Portanto, esta pesquisa pretendeu aplicar um OAL de LP para 03 alunos surdos e 03 ouvintes para verificar, através de suas construções de aprendizagem, se este OAL tem *reusabilidade* para esses dois contextos diferentes.

2 METODOLOGIA (MATERIAL E MÉTODOS)

Os sujeitos participantes foram 03 alunos ouvintes de 8ª série de uma escola estadual, e 03 alunos surdos de 8ª série de uma escola especial para surdos, sendo ambas as instituições localizadas em Pelotas-RS. Os alunos surdos tinham 14, 15 e 16 anos e possuíam, respectivamente, surdez profunda, surdez moderada e surdez leve. Já a idade de dois ouvintes era 14 anos e do outro era 15.

O OAL utilizado foi desenvolvido pela pesquisadora, tendo como base a Usabilidade Pedagógica e de Design (VETROMILLE-CASTRO, 2003) e os princípios do CLT (CANALE & SWAIN, 1980). O OAL, intitulado “Aprendendo com o futebol”, é composto por 03 OAL e consiste em 03 momentos, com o objetivo de explorar a compreensão escrita dos aprendizes: *Introdução* – Uma reflexão a partir de imagens sobre o tema a ser abordado; *Desenvolvimento* – Leitura do texto, reflexão sobre uma “comparação” e questões de múltipla escolha para compreensão textual; *Fechamento* – Produção escrita resumindo a ideia principal do texto. Toda vez que o aluno errava/acertava ele recebia uma mensagem para lhe guiar e incentivar, ou seja, recebia *feedback individual e estratégico* (VETROMILLE-CASTRO, 2003).

O viés comunicativo do OAL vai ao encontro do que o decreto 5.626 prevê para o ensino de LP aos surdos: “o ensino de Libras e o ensino da modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua para alunos surdos, devem ser ministrados em uma perspectiva dialógica, funcional e instrumental” (22 de dezembro de 2005, cap. 4, Art. 15). Além disso, esse viés também responde às críticas feitas aos OA devido à sua neutralidade teórica (BANNAN-RITLAND, DABBAGH e MURPHY, 2000; LEFFA 2006; CAWS, FRIESEN e BEAUDOIN, 2006).

Os princípios do CLT atendem, ainda, aos objetivos propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental:

No processo de ensino-aprendizagem dos diferentes ciclos do ensino fundamental, espera-se que o aluno amplie o domínio ativo do discurso nas diversas situações comunicativas, sobretudo nas instâncias públicas de uso da linguagem, de modo a possibilitar sua inserção efetiva no mundo da escrita, ampliando suas possibilidades de participação social no exercício da cidadania. (BRASIL, 1998, p. 32)

Todas as questões foram escritas em LP, língua oficial da sala de aula, sem a presença de Libras, visto que, para se verificar a *reusabilidade* deste OAL, ele foi criado como foco primário nos alunos ouvintes, e secundário nos alunos surdos.

Os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo foram anotações feitas pela pesquisadora durante a observação das atividades, gravação da tela enquanto os alunos faziam as atividades – utilizando o aplicativo *Camtasia Studio 7.1.1*, filmagem com *webcam* das expressões faciais dos alunos, questionário e conversa com as coordenadoras das escolas para coletar informações importantes.

Os alunos fizeram as atividades individualmente em um Notebook e tiveram tempo livre para isso. Foi-lhes vedado o direito de fazer perguntas à pesquisadora, com exceção daquelas que diziam respeito a problemas tecnológicos.

Ao final da atividade, os alunos responderam, em papel, às seguintes questões: (1) Você acha que entendeu o texto “Fair Play”? Por quê? (2) Você sentiu dificuldades em fazer as atividades por causa da tecnologia? Comente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando o processo como um todo e voltando o olhar, mais especificamente, para a atividade final, pode-se dizer que nenhum aluno surdo obteve sucesso na compreensão do texto lido, pois, conforme Leite (2006, p. 11),

(...) resumir é sumarizar a informação e (...) o resumo, produto desse processo, é a evidência, isto é, a comprovação de que houve, efetivamente, compreensão da informação a que o sujeito foi exposto. Isso quer dizer que, se alguém consegue resumir um evento que presenciou, um filme a que assistiu, um livro que leu, pode, por meio do resumo, mostrar que entendeu tudo o que viu, ouviu ou leu. Só é possível resumir aquilo que compreendemos.

Com base na mesma citação, pode-se concluir que apenas um aluno ouvinte teve êxito, visto que os demais fizeram apenas uma leitura superficial, sem entender as metáforas presentes no texto.

Alguns fatores importantes puderam ser percebidos durante esta pesquisa, como, por exemplo, um dos surdos ter sinalizado cada palavra do texto enquanto lia, como uma leitura em voz alta, ou especialmente, como uma tradução típica de alunos ao ler textos em língua estrangeira.

Dos três alunos surdos, todos tiveram dificuldades em compreender o texto, visto que dois obtiveram 46% de acertos e um obteve 38% nas questões de compreensão. Ainda, foi possível notar que todos apresentaram problemas em compreender o que deveria ser feito na última atividade (resumir o texto), de forma que a pesquisadora precisou explicar em Libras. No entanto, os resumos feitos por esses alunos podem significar que: a) eles não entenderam o texto; b) eles não entenderam o que deveriam fazer; ou c) eles não conseguem se expressar em LP. As hipóteses (b) e (c) são evidenciadas através do questionário respondido pelos alunos, mais especificamente através da pergunta nº 1, visto que dois deles disseram não entender a pergunta e, após a pesquisadora fazer a pergunta em Libras, eles responderam coerentemente através de sua língua; então, quando a pesquisadora orientou-os a escrever no questionário a resposta dada em Libras, eles escreveram respostas diferentes, que não eram coerentes com a pergunta.

Os ouvintes demonstraram muito mais autonomia e demoraram bem menos tempo do que os surdos, atingindo 50%, 57% e 75% de acertos nas questões de compreensão textual. Entretanto, percebeu-se que 02 dos 03 ouvintes não liam o *feedback estratégico*, e um deles até pensava estar acertando todas as questões. Ao responder ao questionário, 02 ouvintes também não apresentaram respostas coerentes na primeira pergunta, o que mostra que eles não entenderam a pergunta.

4 CONCLUSÃO

Com base no exposto, pode-se concluir que o OAL utilizado não apresenta *reusabilidade* em sua aplicação a esses diferentes contextos. Acredita-se que, para que ambos os ouvintes e os surdos construíssem aprendizagem, o OAL deveria sofrer adaptações que atendessem às necessidades didático-pedagógicas dos surdos, como o uso de Libras em instruções e na produção textual.

5 REFERÊNCIAS

BANNAN-RITLAND, B.; DABBAGH, N.; MURPHY, K. Learning Object Systems as Constructivist Learning Environments: Related Assumptions, Theories and

Applications. In: WILEY, D. (Ed.) **The Instructional Use of Learning Objects**. 2000. Versão Online. Disponível em: <<http://reusability.org/read/chapters/bannan-ritland.doc>>. Acesso em 08 de agosto de 2011.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais – 3º e 4º Ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998. 108 p. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/portugues.pdf>>. Acesso em 16 de agosto de 2011.

CANALE, M.; SWAIN, M. **Theoretical Bases of Communicative Approaches to Second Language Teaching and Testing**. In: Applied Linguistics, v.1, p.1-47, 1980.

CAWS, C; FRIESEN, N.; BEAUDOIN, M. A new learning object repository for language learning: methods and possible outcomes. **Interdisciplinary Journal of Knowledge and Learning Objects**, v.2, 2006. p.111-124. Disponível em: <<http://www.ijello.org/Volume2/v2p111-124Caws.pdf>>. Acesso em 08 de agosto de 2011.

Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a lei nº 10.436. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em 16 de agosto de 2011.

GIBBONS, A.; NELSON, J.; RICHARDS, R. The Nature and Origin of Instructional Objects. In: WILEY, D. (Ed.) **The Instructional Use of Learning Objects**. 2000.. Disponível em: <<http://reusability.org/read/chapters/gibbons.doc>>. Acesso em 08 de agosto de 2011.

LEFFA, V. Nem tudo que balança cai: Objetos de aprendizagem no ensino de línguas. **Polifonia**, Cuiabá, v. 12, n. 2, p. 15-45, 2006.

Lei Federal nº 9.394, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 16 de agosto de 2011.

LEITE, M. **Resumo**. São Paulo: Paulistana, 2006.

VETROMILLE-CASTRO, R. A usabilidade e a elaboração de materiais para o ensino de inglês mediado por computador. **Revista Brasileira de Lingüística Aplicada**, Belo Horizonte, v. 3, n. 2, p. 9-23, 2003.

WILEY, D. Connecting learning objects to instructional design theory: A definition, a metaphor, and a taxonomy. In: WILEY, D. (Ed.) **The Instructional Use of Learning Objects**. 2000. Versão Online. Disponível em: <<http://reusability.org/read/chapters/wiley.doc>>. Acesso em 08 de agosto de 2011.